

DINÂMICAS DE TERRAS, EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA: POR UMA SOCIOLOGIA DAS TRANSFORMAÇÕES AGRÁRIAS*

Land dynamics, the expansion of agribusiness and the financialization of agriculture: towards a sociology of agrarian transformations

Sergio Pereira Leite

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenador do Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP).
sergiopereiraite@uol.com.br

Resumo

O argumento central que orienta esse artigo funda-se na ideia de que o atual processo de “modernização da agricultura” não pode ser compreendido, como quer parte da literatura corrente, como uma extensão, intensificação e aprofundamento do modelo existente durante as décadas de 1960 e 1970, nem tampouco explicado pelas chaves de leitura, conceitos e noções então vigentes no período e nos anos subsequentes, mesmo que atualizado à luz das inovações tecnológicas e financeiras presentes no momento atual. Esse raciocínio vale tanto para os mecanismos acionados pelas interpretações que corroboraram aquilo que se convencionou chamar de “teoria da modernização agrícola” bem como pelas análises críticas a esse modelo, apostando na adjetivação desse processo modernizador por meio de palavras como “conservadora”, “forçada”, “dolorosa”, etc. O padrão em curso, sob a alcunha do “agronegócio”, parece não se vincular mais à uma ideia de projeto nacional/regional de

O presente artigo está relacionado a projeto financiado pelo CNPq, Edital de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, cujo apoio o autor agradece publicamente.



desenvolvemento do seu caráter muito mais internacionalizado e financeirizado, o que tem exigido novas categorias analíticas para sua compreensão no âmbito das Ciências Sociais e recolocado a dinâmica das formas de apropriação de terras em outros patamares.

Palavras-chave: Agronegócio - Mercado de terras - Financeirização da agricultura - Estrangeirização das terras

Abstract

The central argument in this paper rests on the idea that the current process of “modernization of agriculture” cannot be understood, as part of the literature would suggest, as an extension, intensification and deepening of the model that prevailed during the 1960s and 1970s. Nor can it be explained with the lenses, concepts and terms in use at that time and in the following years, even if updated in light of contemporary technological and financial innovations. This reasoning applies both for the mechanisms triggered by interpretations that corroborate what became conventionally known as “theory of agricultural modernization” as well as for the analyses that are critical of that model, focusing instead on qualifying the modernizing process as “conservative”, “forced”, “painful”, etc. The current model, referred to as “agribusiness”, seems no longer linked to the national/regional development model, given the nature of internationalization and financialization of the enterprise. This implies a need for new analytical categories to enable understanding in the realm of the Social Sciences, and re-scales the dynamics around land appropriation.

Key words: Agribusiness - Land Market - Financialization of agriculture - Land grabbing

INTRODUÇÃO

No Brasil, a edição da Medida Provisória 759 em dezembro de 2016, também conhecida como “MP da Grilagem”, e sua posterior sanção presidencial em 2017, malgrado suas possíveis e preocupantes implicações para a sociedade brasileira (Sauer e Leite, 2017), evidencia a importância que a questão fundiária assume na agenda política, econômica, social e ambiental nos dias de hoje nesse e em outros países da América Latina. Ao estipular medidas que afetam diretamente o solo fundiário rural e urbano, modificando procedimentos alusivos à regularização fundiária, à execução da reforma agrária e às modificações no plano diretor dos municípios, a nova regulamentação, além de promover o que pode ser chamado de “privatização e municipalização da reforma agrária” e de extensão em área/tamanho, cobertura geográfica e marco

temporal do Programa Terra Legal, traz à tona a importância dos ativos fundiários e os campos de disputa e pressão pela sua apropriação, em parte alimentada, na área rural, pela expansão do chamado “agronegócio”.

No meio acadêmico brasileiro o tema do “agronegócio” tem sido tratado quase que exclusivamente a partir de um viés “economicista”, ou também “agronômico” e “gerencial/administrativo”. Sem negar a importância desses trabalhos, acreditamos que, salvo raras e honrosas exceções, há uma ausência de estudos que problematizam o assunto de uma perspectiva sociológica, política e econômica, ao contrário do que evidencia, por exemplo, a farta bibliografia especializada existente na Argentina (ver, entre outros, Grase Hernandez, 2013 e 2016; Svampa, 2013). As evidências encontradas em pesquisas anteriores (Flexor e Leite, 2017; Heredia et al., 2010; Leite, 2015; Leite e Wesz Jr., 2016; Sauer e Leite, 2012), seja por meio do levantamento e tratamento de informações primárias, seja pela sistematização da bibliografia especializada e tabulação de dados secundários, atestaram um conjunto de transformações importantes no meio rural no contexto nacional, como o aumento rápido e intenso da produção de soja em regiões estratégicas num pequeno intervalo de tempo (em particular entre 2000 e 2014), avançando em direção à Amazônia, tendo já ultrapassado os cerrados do Centro-Oeste e do Nordeste. Esse processo, como atestam dados de pesquisa, foi acompanhado pela concentração fundiária e econômica. Essa última, especialmente, em boa medida derivada da forma de intervenção do Estado no setor, em particular por meio da política de financiamento rural, que intermedia recursos públicos destinados ao custeio e ao investimento agrícola. Ficou evidente a concentração desses recursos num número cada vez menor de contratos e produtos agropecuários (somente a soja absorve entre 35% e 40% de todo o crédito para lavouras do Sistema Nacional de Crédito Rural). Também evidenciou os diferentes arranjos mantidos entre os produtores (em boa medida constituídos de migrantes do Sul do país, os chamados “gaúchos”) e as firmas processadoras do grão, que igualmente informam uma concentração espacial (do Sul para o centro do espaço brasileiro) e da sua capacidade produtiva (Wesz Jr., 2014).

Esse tipo de compreensão exigiu um tratamento do objeto muito diferente da simples “contabilidade” relativa à participação do Produto Interno Bruto (PIB) setorial no produto nacional, como é usual na grande mídia e entre os textos mais acadêmicos (Heredia et al., 2010). Ao contrário, tratou-se de observar as configurações sociais estabelecidas localmente, especialmente aquelas que marcam a conformação de redes entre produtores e empresas, e destes com o

setor público governamental. Tal esforço exigiu, finalmente, uma problematização sobre a questão agrária brasileira e sobre a emergência da noção de “agronegócio” (na virada dos anos 1980 para os anos 1990) para expressar as transformações recentes. Tal problematização recebeu contribuições de diversos autores, mesmo que à margem do *mainstream*, que possibilitaram a demarcação de um campo de análise não desprezível sobre as transformações agrárias no Brasil. Destaco aqui, à título de ilustração, os trabalhos de Andrade (2008), Balestro e Lourenço (2014), Bruno (2010), Delgado (2012), Fernandes (2011), Grynszpan (2009), Heredia et al. (2010), Maia e Leite (2015), Mendonça (2005), Oliveira (2010), Sauer e Borrás (2016).

Com efeito, a emergência de novos atores e a reconfiguração das relações políticas e sociais no mundo rural abriram novos campos de conflito, algumas vezes alterando, outras alargando o que se poderia chamar de “questão agrária” no século XXI. Muitos deles são decorrentes da expansão deste “agronegócio” contemporâneo e de seus efeitos sobre a apropriação de territórios e recursos naturais, ou de suas tentativas de mobilizar recursos públicos. Dada a dinâmica e complexidade dessas novas configurações sociais, pareceu-me oportuna a tentativa de oferecer uma análise mais fina para compreender as características, tanto sociais, como econômicas e político-institucionais, dos processos de expansão do agronegócio, especialmente a construção de diferentes arranjos estabelecidos pelos setores público e privado no meio rural, as mudanças nos “códigos” e no repertório de instrumentos para operar e validar esses processos, etc. A aproximação à cadeia da soja e sua expansão ao longo das últimas duas décadas serviu de base para esse movimento de pesquisa e permitiu enfrentar novas questões de trabalho, especialmente aquelas vinculadas à ação do Estado por meio da política fundiária (ou da sua não-política como lembra Delgado, 2012), da entrada de capitais internacionais na aquisição de terras no Brasil (Flexor e Leite, 2017) e nos efeitos sobre preços dos ativos fundiários.

Uma nova safra de estudos sobre a questão agrária e o agronegócio vem sendo desenvolvida no período recente. São trabalhos que, com suas características próprias, diferenciam-se de duas modalidades comuns de abordagem do problema, aquelas que repetem ou ampliam as narrativas triunfalistas do agronegócio, excessivamente comprometidas com suas estratégias de reprodução social, ou, em extremo oposto, a simples denúncia de seus efeitos perversos, por vezes pouco analíticas ou pouco compreensivas quanto às transformações das dinâmicas sociais existentes. Embora mantendo a

perspectiva crítica, o texto aqui apresentado procurará oferecer, partindo desse conjunto de reflexões, um painel compreensivo das mudanças ocorridas no período recente (em especial a partir de 2000). O quadro tem certa amplitude, lidando com aspectos diretamente econômicos, mas também com a problematização das relações sociais e políticas, bem como aspectos culturais e discursivos desses processos. Para tanto, articula-se conhecimentos disciplinares distintos, da economia política à antropologia ou a sociologia econômica, valorizando a pluralidade metodológica das Ciências Sociais.

Dessa maneira, o artigo busca recuperar um valioso recorte das tentativas de compreensão desses processos, tendo como inspiração aquilo que Levien (2014) chamou de “Sociologia da Desapropriação” (de terras) e a necessária construção de um marco teórico-analítico para tratar esse fenômeno, por vezes escamoteado em nome de um projeto de desenvolvimento (nacional ou associado às estratégias internacionais) ou, ainda, confinado ao contexto historicamente específico do processo de acumulação primitiva descrito por Marx no primeiro livro d’O Capital (Marx, 1984), mesmo com a oportuna intervenção nesse debate feita por Harvey (2004), a partir da noção de “acumulação por espoliação”. Na mesma direção, e ainda como inspiração de trabalho, destaco o trabalho de Hervieu e Purseigle (2009), que problematizam a ideia de operar com novas chaves de leitura para dar conta dos desafios que a internacionalização do mundo agrário coloca nos dias atuais, especialmente aquelas relacionadas ao que os autores denominam de “agricultura de firma” e ao peso do capital financeiro nas estratégias do setor.

Nessa linha é que estou defendendo a proposta de uma “sociologia das transformações agrárias” no período recente, tendo o meio rural brasileiro como objeto. Obviamente esse enunciado compreende um vasto e complexo campo de trabalho, que foge completamente à minha capacidade de pesquisa. Para tratá-lo nesse estudo, selecionei dois aspectos que me pareceram importantes, seja pelo fato dos mesmos informarem um conjunto de novas iniciativas no setor agrário, seja pelo motivo de que já possuo, em função do programa de pesquisa em curso, um estoque de informações e conhecimentos que poderá ser mobilizado – e desenvolvido - nesse novo desafio de trabalho.

ESTADO, QUESTÃO AGRÁRIA E AS “FRONTEIRAS” DO AGRONEGÓCIO

Como defende Levien (2014), o processo de ocupação, tomada e apropriação de terras destinados aos projetos vinculados à expansão do agronegócio, entre outros setores, não pode ser pensado e compreendido sem incluir as variantes locais, específicas à cada contexto nacional e/ou regional, mesmo que associadas ao movimento global de terras como sustenta Sassen (2016). Para o primeiro autor, isso implica resgatar primordialmente o papel do Estado, não na visão simplificadora de um ator em nome exclusivamente dos interesses privados, mas como resultado das contradições presentes e manifestas no seu próprio interior (Levien, 2014), o que nos levaria também a autores como Poulantzas (1985) e Jessop (1990).

Dados e informações sistematizados a partir de estudos de campo anteriores indicaram a importância da intervenção do Estado na base do processo de transformação das regiões pesquisadas, a partir dos anos 1970. Nesse sentido, a implementação do Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados) foi fundamental para a introdução do cultivo de soja e para a atração de agricultores de outras regiões do país (em particular da região Sul) para áreas no Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia, por exemplo. No Triângulo Mineiro, em particular, dentre as principais políticas que impulsionaram o desenvolvimento da agricultura na região podem ser destacados o II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), o Polocentro - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (criado em 1975), o PCI - Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (1972), o PADAP - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (1973), além do próprio Prodecer (1974), acima referido (ver Gonçalves Neto, 1997; Pessoa, 1988 e Salim, 1986, entre outros).

Se a presença do Estado na agricultura dos anos 1970 e 1980 é assinalada por quase toda a bibliografia especializada (especialmente por meio da política de crédito rural), essas referências já não são tão presentes nas décadas seguintes. O que a bibliografia constata são os enormes investimentos que põem em evidência o fato de que não se pode falar em agronegócio sem se pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem, mas também sua expansão. No início, essa presença traduziu-se na política de terras (assentamentos), mas logo se manifestou na política de inovações tecnológicas e de pesquisa, naquilo que alguns autores denominaram “recriação dos solos”, por intermédio da correção da acidez das áreas de cerrados, ou ainda pelo

melhoramento genético de sementes, na implantação de infraestrutura local etc. (Heredia et al., 2010; Leite, 2015).

A presença do Estado não elimina, como se sabe, aquela dos grandes grupos empresariais, que se somaram aos fazendeiros tradicionais, aos colonos também presentes, ou ainda, à atuação *in loco* das empresas multinacionais (*tradings*) etc. Contudo, a leitura corrente desse processo deixa explícita – em maior ou menor grau – a ideia de que as transformações operadas nessas áreas, a partir do final dos anos 1980 e durante todo o período seguinte, foram tributárias exclusivamente da iniciativa privada, reforçando a construção do mito do pioneiro externo (“gaúcho”) que, desembarcando nessas terras “vazias”, se dedicou a trazer o processo civilizatório (e sua correspondente variante tecnológica agropecuária) para uma região supostamente desprovida de investimentos públicos e de atividades a cargo de grupos locais (Andrade, 2008; Fernandez, 2007; Haesbaert, 1997, Wesz Jr., 2014, entre outros).

No Mato Grosso, por exemplo, diz-se muito da experiência exitosa da Fundação Mato Grosso, que articula pesquisa e produção agropecuária a partir do setor privado, mas pouco se fala sobre o peso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no processo de constituição do banco de germoplasma e na transferência de tecnologia que impulsionaria o segmento empresarial (Leite e Wesz Jr., 2016).

Parece-me que um conjunto de esferas e instrumentos possui (ou possuiu – para citar os casos dos antigos programas de desenvolvimento regional) uma capacidade maior de atuação local, sendo incorporado, em maior ou menor grau, no cálculo estratégico dos “atores” em jogo. Como informam Heredia et al. (2010), tal conjunto inclui: a) as políticas relativas ao ordenamento territorial e a disputa (em curso ou já “realizada”) em torno da terra; b) as políticas referentes ao trabalho (incluindo o combate ao trabalho escravo) e seu rebatimento sobre as formas e relações existentes e os fluxos migratórios delas derivados; c) as políticas ambientais e os marcos regulatórios que as orientam, introduzindo uma “nova” variável na composição e na representação dos interesses dos segmentos direta e/ou indiretamente envolvidos; d) as políticas de crédito, financiamento e seus constrangimentos – financeiros, tecnológicos e institucionais; e) as políticas de infraestrutura que, num certo sentido, materializam a ação do Estado. Estas últimas, em particular, têm aumentado sua importância nos últimos 10 anos, sobretudo com a discussão em torno dos eixos modais de escoamento dos produtos agropecuários (direcionados à exportação) e, recentemente, com os investimentos em pavimentação de

estradas (como, por exemplo, a BR-163 que liga Cuiabá, no Mato Grosso, a Santarém, no Pará) para a construção de ramais ferroviários e para o aumento da navegação fluvial, executados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, como é explícito no caso dos portos ao longo do rio Tapajós, no Pará (Leão, 2017).

É evidente, especialmente na última década, a presença do Estado no apoio e fomento das atividades produtivas agrícolas capitaneadas por *commodities*, como a soja, por exemplo, mas também ao segmento agroindustrial da cadeia. Isso pode ser melhor observado por meio da política de financiamento rural e agroindustrial, onde esse segmento vem obtendo um crescente aporte de recursos públicos, na sua maior parte intermediados pelas agências financeiras do setor governamental (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDES, etc.).

Assim, é preciso relativizar o discurso, muito forte entre os representantes do setor (empresários e produtores), de que a expansão dessa atividade deu-se única e exclusivamente por iniciativa privada, o que remete a pensar as distintas formas assumidas pela intervenção governamental, especialmente aquelas vigentes ao longo dos últimos 20 anos que motorizaram o processo de expansão da produção de *commodities* e financeirização dos títulos empregados para o seu financiamento (os chamados títulos do agronegócio, lançados em 2004), bem como as políticas regulatórias (explícitas ou não) que interferiram diretamente no processo de reordenamento territorial e nas formas de legitimar o acesso à terra, seja pelos seus ocupantes legítimos, seja por atores relacionados ao mecanismo de valorização de ativos fundiários (Delgado, 2012).

Por exemplo, a política de crédito rural brasileiro manteve um perfil de forte concentração no acesso aos recursos públicos, seja em termos de número de estabelecimentos que se beneficiaram dos programas, seja em termos geográficos (com a expressiva participação das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste), seja em termos de produtos (soja à frente) ou valor médio dos contratos. É importante destacar que, mesmo nas áreas de forte e reconhecida expansão do “agronegócio”, como é o caso do estado de Mato Grosso (Leite e Wesz Jr., 2016), a contribuição do setor público ainda se mostra relevante nas estratégias de expansão do setor, embora o financiamento das grandes propriedades mescale fontes governamentais e privadas¹. Segundo os autores,

¹ Com a crise financeira internacional do final da década passada, é provável que as *tradings* do setor de processamento da soja tenham diminuído sua participação em

tomando o contexto brasileiro como um todo para o período mais recente (2008/2012), o crédito rural operado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), praticamente manteve o número total de contratos (incremento de 8,7%), mas registrou um elevadíssimo aumento dos recursos emprestados (crescimento de 40,2%), refletindo diretamente no crescimento dos valores médios praticados pelos empréstimos, concentrando ainda mais o grupo de agricultores que acessaram a política nesse período, isto é, aqueles mais capitalizados, com propriedades localizadas no centro-sul do país e cultivando soja, milho, café e cana-de-açúcar (idem, ibidem).

No intervalo que compreende o período de 1990 a 2014, as transformações sociais, econômicas e institucionais observadas no meio rural brasileiro poderiam informar a construção/ compreensão de um “modelo dual” (agricultura empresarial x agricultura familiar) que caracteriza o conjunto de interpretações possíveis sobre o processo de desenvolvimento rural nacional. Se por um lado houve espaço ao longo dos anos 1990/2000 para a introdução de novos temas, como aqueles da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial, também foi notório o avanço das “fronteiras” do agronegócio²: seja na expansão das áreas cultivadas em determinadas regiões do território nacional (como, por exemplo, aquela conhecida como *Matopiba* - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia); seja na expansão dos investimentos agrícolas e agroindustriais (incluindo aquisição de terras) de capitais domésticos em países vizinhos (Garcia e Kato, 2016; Gomes, 2017). Além disso, a América do Sul passou a ser objeto de aplicações em terra de capitais estrangeiros de uma forma geral, com particular ênfase nos casos argentino, brasileiro e uruguaio (Borras et al., 2012; Constantino, 2016; Gras e Nascimento, 2017; Murmis e Murmis, 2012; Piñeiro, 2012; Puyana e Constantino, 2015; Sauer e Borras, 2016; Sauer e Leite, 2012, Wilkinson et al., 2012).

Seja pelo estímulo oferecido por meio da crise alimentar de meados da década de 2000, seja pela (nova) demanda crescente por biomassa, seja pela presença marcante da China no comércio internacional, ou ainda como reflexo das crises energética e financeira internacional (Ferreira, 2016; Svampa, 2013), o

recursos antecipados aos agricultores e venham buscando, elas próprias, empréstimos junto aos bancos públicos, particularmente o BNDES, para expansão das suas unidades industriais.

² A ideia de “fronteira” deve ser objeto de uma problematização mais cuidadosa, que foge ao escopo da presente proposta. Entre outros autores ver, por exemplo, Martins (2009) e Monbeig (1984).

setor agrícola brasileiro assiste novo movimento de expansão das áreas destinadas à produção de *commodities* (produção vegetal e animal), reforçando a ideia do produtivismo agrícola praticado em grande escala sob um patamar tecnológico cada vez mais sofisticado e custoso. Essa valorização do chamado “agronegócio” latino-americano, e brasileiro em particular, abre uma nova frente de conflitos (sociais, ambientais, etc.) no meio rural, tensionando as concepções de ruralidade que se apoiavam no fortalecimento da agricultura familiar e/ou na dimensão territorial.

Os temas abordados aqui trazem à tona necessariamente uma reflexão sobre o papel do Estado e sua capacidade regulatória numa área estratégica como a dos mercados de terras e de produção de *commodities*. São movimentos distintos que problematizam aqui a ideia do que poderíamos chamar de *capacidades estatais para o desenvolvimento*: isto é, a pouca capacidade do Estado em avançar sobre um controle mais efetivo das transações fundiárias, seja melhorando o registro dessas transações propriamente ditas, seja monitorando de forma mais eficaz a variação dos seus preços, seja impedindo movimentos de (re)concentração fundiária, numa estrutura já conhecidamente concentrada e conflitiva, seja relativizando o apoio não desprezível (especialmente em áreas de infraestrutura e de financiamento) das agências governamentais às necessidades de expansão produtiva (de forma concentrada) do setor (delgado, 2010 e 2012).

FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA E ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA: PISTAS PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO

Dada a dinâmica e a complexidade dessa projeção externa do Brasil, pareceu-me oportuna uma análise mais fina para compreender as características, tanto sociais, como econômicas e político-institucionais, dos processos de expansão do agronegócio e, adicionalmente, da revalorização dos ativos fundiários gerando novas pressões para apropriação de terras (não exclusivamente mediadas pelo mercado de compra e venda) e do papel que o Estado vem desempenhando ao longo desses últimos anos. Um dos resultados já observados em pesquisas anteriores (Flexor e Leite, 2017; Sauer e Leite, 2012), foi a constatação de forte valorização dos preços das terras entre o final dos anos 1990 e meados dos anos 2010, especialmente nas áreas objeto de expansão da produção de *commodities*, como foi o caso do Oeste baiano, da Amazônia brasileira, do circuito Maranhão-Piauí-Tocantins e mesmo em áreas

já consolidadas, como Mato Grosso (com soja e algodão) e São Paulo (com cana de açúcar).

Essa valorização das terras esteve atrelada, por sua vez, à performance altista dos preços das *commodities* no mercado internacional, em particular ao longo da década de 2000, como pode ser observado na Figura 1 e na Tabela 1, a seguir.

Não à toa que Svampa (2013) denominou esse período como o “*Consenso de Commodities*”, na sequência do Consenso de Washington, para caracterizar a emergência de uma busca voraz por terras em países da América Latina, por exemplo, atrás das altas valorizações dessas mercadorias (agrícolas e minerais), abrindo para uma discussão importante sobre os mecanismos de neoextrativismo (liberal ou não, segundo a autora) observados em escala crescente no contexto regional, em boa parte dos casos com o incentivo dos governos nacionais associados aos interesses do capital internacional (Colque, 2017). Balestro e Lourenço (2014), também chamam a atenção para a importância de considerar o comportamento da produção e preço das *commodities* agrícolas no fortalecimento das estratégias financeiras do setor. Ver, ainda, a importante contribuição de Clapp (2014, 2015 e 2016) que problematiza o distanciamento entre os mercados produtores e consumidores e a gestão financeira das *commodities* a partir de praças externas às áreas de produção, deslocando o eixo decisório sobre estratégias produtivas da esfera local/regional/nacional para a arena internacional.

Por exemplo, pela Tabela 1 é possível observar a forte correlação entre o comportamento dos preços das terras aptas às lavouras e aquele da saca de soja paga no mercado internacional. Idem para o preço da arroba de boi.

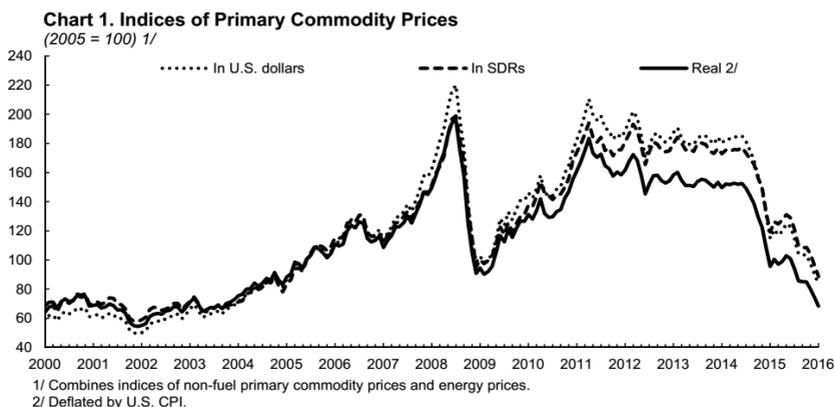
Tabela 1. Matriz de correlação entre o Preço da Terra para Lavoura e os preços da soja, da arroba de boi, do IBOVESPA, do IPCA, da Taxa de câmbio e da Taxa de juros Selic no Brasil de 1995 à 2013

	Preço T. Lavoura (R\$/há)	Preço da soja (saca 60 kg)	IBOVESPA	Preço arroba de boi	IPCA	Taxa de câmbio
Preço da soja (saca 60 kg)	0,923 (0,000)	--	--	--	--	--
IBOVESPA	0,886 (0,000)	0,748 (0,000)	--	--	--	--
Preço arroba de boi	0,971 (0,000)	0,941 (0,000)	0,842 (0,000)	--	--	--
IPCA	-0,326 (0,174)	-0,292 (0,226)	-0,450 (0,053)	-0,322 (0,179)	--	--
Taxa de Câmbio	0,222 (0,361)	0,466 (0,045)	0,093 (0,706)	0,345 (0,148)	-0,033 (0,983)	--
Taxa Selic	-0,754 (0,000)	-0,767 (0,000)	-0,794 (0,000)	-0,795 (0,000)	0,698 (0,001)	-0,426 (0,069)

Fonte: dados FGVDados & IPEAD *apud* Flexor e Leite (2017)

Índices de correlação de Pearson (e em p-value parêntese)

Figura 1. Índice de preço das *Commodities* de 2000-2016



Fonte: International Monetary Fund (IMF Commodity Price Indices) *apud* Flexor e Leite (2017).

Não deixa de ser interessante observar que, mesmo após a queda dos preços das commodities a partir de 2014 (ver Figura 1), em algumas regiões brasileiras (especialmente aquelas ditas de “fronteira agrícola”) o preço dos imóveis rurais continuou se valorizando bastante. Em algumas áreas, como no Oeste baiano, essa alta dos preços entre 2012 e 2017 foi, em média, de 32%, superando a taxa de inflação no mesmo período.

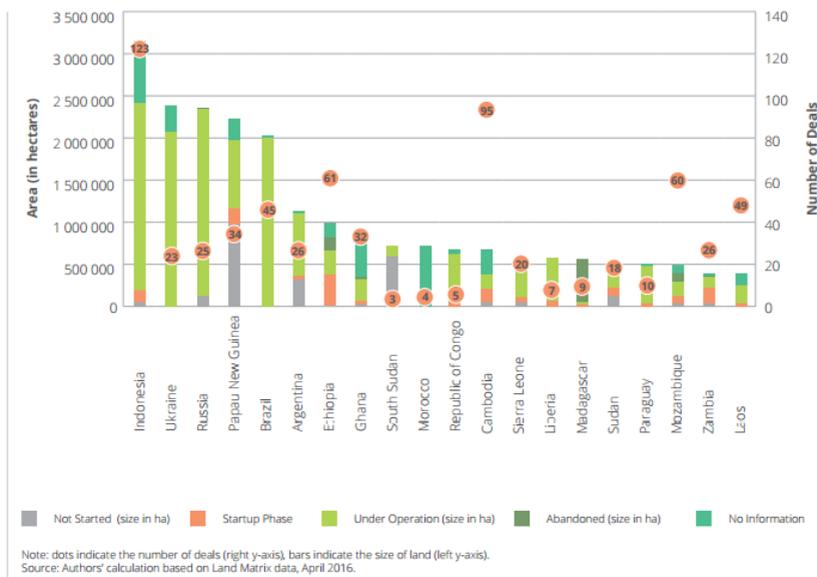
No caso da estrangeirização das terras, como mostra uma crescente bibliografia nacional e internacional³, é importante lembrar que, no Brasil, houve uma tentativa de regulamentação a partir do parecer Advocacia Geral da União (AGU), emitido em 2010, buscando estabelecer limites ao volume de terra adquirido diretamente por pessoas, empresas ou governos estrangeiros (Castro e Sauer, 2016; Sauer e Leite, 2012). Com efeito, o parecer recuperava lei

³ Não há espaço, aqui, para uma recuperação da discussão sobre o que se convencionou denominar, na literatura especializada, de *land grabbing*; seja para conceituar e caracterizar devidamente esse processo; seja para apresentar evidências robustas do seu funcionamento em escala global. Para o primeiro ponto veja-se, em particular, Edelman (2013) e Edelman et al. (2015), entre outros; e para o segundo destaque a contribuição de Chouquer (2012) e McMichael (2014).

específica sobre o assunto, promulgada em 1971, e que havia caído em “desuso” especialmente durante os anos 1990 e 2000, quando a corrida por terras se agrava, como já adiantamos. Antes disso, em 2007, projeto de lei da autoria do Deputado Beto Faro, já estipulava medidas em direção semelhante. No entanto, o referido projeto ainda tramita lentamente na Câmara dos Deputados sem previsão de votação (Brasil, Câmara dos Deputados, 2007). Dando seguimento ao parecer da AGU, o INCRA emite em 2013 a Instrução Normativa n. 76, que dispõe sobre a aquisição e arrendamento rural por estrangeiros. A matéria está bem fundamentada e coloca o Instituto como peça central na fiscalização desse tipo de transação imobiliária, embora a efetividade dessas ações parece diminuir com a falta de recursos orçamentários para sua realização. O que levou o Instituto a editar outra Instrução Normativa (número 88) em 2017, buscando adequar os instrumentos de política fundiária ao novo contexto legal-institucional definido pelo Governo Temer (2016-2018), onde o assunto mereceu a edição de uma lei específica (Lei 13.465/2017) e três decretos (9309, 9310, 9311 de março de 2018). Como já antecipamos na Introdução, esse cenário aponta um forte retrocesso na capacidade do Estado na regulação fundiária e flexibiliza enormemente os instrumentos de controle, inclusive aqueles do próprio INCRA, para o cumprimento dos preceitos constitucionais alusivos à definição de função social dos imóveis rurais.

Mesmo diante das medidas acima, o capital internacional continuou participando no setor agrícola (e mineral), agora mediado pela atuação de firmas nacionais, valendo-se da legislação respectiva sobre o conceito de empresas nacionais aptas a funcionar no país. Além disso, como antecipamos, há uma forte pressão política para a aprovação do PL 4059/2012, que flexibiliza a precária regulamentação do setor (Zaia, 2016). Os argumentos empregados giram em torno da necessidade de atrair novos investimentos no setor numa conjuntura de crise econômica.

Figura 2: 20 principais países alvo de investimentos em terras



Fonte: Land Matrix (2016: 17), *apud* Gomes (2017: 31).

A Figura 2, acima, extraída da base de dados do Land Matrix, deixa clara a presença do Brasil entre os países-alvo dos investimentos internacionais em terras ao redor do globo. Embora o processo não seja necessariamente recente, pois o caso dos investimentos japoneses no PRODECER poderia ser recuperado aqui (cf. Bertrand et al., 1991, entre outros), é evidente que esse fenômeno assumiu proporções importantes no cenário agrário doméstico recente, como atestam investidas detalhadas que fiz anteriormente em colaboração com outros colegas (Flexor e Leite, 2017; Sauer e Leite, 2012), tornando a terra um ativo praticamente financeiro, como lembrava

oportunamente Rangel (1986), com a sua teoria sobre a quarta renda fundiária⁴.

Esse conjunto de questões repercutiu fortemente sobre a emergência da dimensão fundiária no contexto social, político, econômico e ambiental atual. Para o que nos interessa aqui, vale destacar que tal movimento provoca novos desafios interpretativos, seja no sentido de recuperar a “gasta” teoria da renda da terra, interpretando-a nos parâmetros vigentes (Rubio, 2014), seja no sentido mesmo de pensar sua importância e revisão no contexto do marco das Ciências Sociais (Levien, 2014). Penso, em particular, na recuperação dos escritos de Marx (1984) no Livro III d’O Capital e nas reflexões propostas por Polanyi (2012) sobre o significado da terra na equação do desenvolvimento capitalista, incorporando novos fluxos de investimento como aqueles originários dos fundos de pensão do “Norte Global”, aplicados em terras (aquisição, *leasing*, aluguel, incorporação via empresas “nacionais”, etc.) no continente latino-americano. De certa forma, isso acaba por estabelecer novas conexões, antes impensáveis, entre o setor rural e o setor urbano, mediadas pelo capital financeiro. Nesse último caso, o mercado global de terras conecta indiretamente um professor aposentado de Nova York, nos Estados Unidos, aos mecanismos de expropriação fundiária praticado por novos escritórios de firmas “imobiliárias” rurais no cerrado piauíense, no Brasil, por exemplo.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O argumento central que orienta esse artigo funda-se na ideia de que o atual processo de “modernização da agricultura brasileira” não pode ser compreendido, como quer parte da literatura corrente, como uma extensão, intensificação e aprofundamento do modelo existente durante as décadas de 1960 e 1970, nem tampouco explicado pelas chaves de leitura, conceitos e noções então vigentes no período e nos anos subsequentes, mesmo que atualizado à luz das inovações tecnológicas e financeiras presentes no

⁴ Rangel (1986), de forma pioneira e original, formulou uma compreensão mais abrangente sobre os processos de geração da renda fundiária, adicionando às conhecidas rendas diferencial (I e II) e absoluta, uma quarta motivação associada diretamente à capacidade dos imóveis rurais em funcionarem como quase-ativos financeiros, incorporando nos seus preços de mercado a expectativa de valorização informada por questões alheias às condições físicas e produtivas da propriedade.

momento atual. Esse raciocínio vale tanto para os mecanismos acionados pelas interpretações que corroboraram aquilo que se convencionou chamar de “teoria da modernização agrícola” bem como pelas análises críticas à esse modelo, apostando na adjetivação desse processo modernizador por meio de palavras como “conservadora”, “forçada”, “dolorosa”, etc. (para um balanço do período ver Gonçalves Neto, 1997 e Leite, 1998).

Na realidade, o padrão em curso, sob a alcunha do “agronegócio”, parece não se vincular mais à uma ideia de projeto nacional/regional de desenvolvimento (mesmo que conservador e concentrador, como foi aquele experimentado no momento anterior entre os anos 1940 e 1980), dado seu caráter muito mais internacionalizado e financeirizado, o que tem exigido novas categorias analíticas para sua compreensão no âmbito das Ciências Sociais.

Além do mais, o forte deslocamento demográfico observado naquelas décadas, tanto no que tange ao intenso êxodo rural de população camponesa em direção às regiões metropolitanas no contexto dos anos de 1970, como ao fluxo de migração rural-rural da região meridional para os cerrados entre meados dos anos 1980 e 1990, não se reproduz nos dias de hoje. Ao contrário, os movimentos de atração demográfica nas chamadas regiões de “fronteira agrícola” se fazem nas áreas de serviços das “cidades do agronegócio”, visto que a atividade agrícola propriamente dita tem demandado cada vez menos mão-de-obra por unidade de produção. Simultaneamente, pequenos agricultores, povos e populações nativas, são deslocados (via de regra, forçosamente) para regiões mais vulneráveis ou mantidos em condições precárias de trabalho, muitas vezes análogas à escravidão.

O conjunto dessas transformações sociais nos leva a questionar a ênfase conferida por um bom conjunto de analistas à exclusiva determinação da base técnica dos estabelecimentos rurais (sem dúvida um ponto importante) para explicar as mudanças operadas no meio rural. Como procurei mostrar ao longo desse texto, as explicações extrapolam bastante essa dimensão tecnológica e ganham novos argumentos à luz dos processos de financeirização da agricultura e estrangeirização das terras em curso.

BIBLIOGRAFIA

Andrade M., (2008). *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA.

- Balestro, M.V., Lourenço, L.C. (2014). Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das commodities. In: Alvez, E., Navarro, Z. (eds). *O mundo rural no Brasil no século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa.
- Bertrand J. P., Thery, H. y Waniez P., (1991). Les Japonais et la mise en valeur des Cerrados au Brésil: pour quelle maîtrise de l'espace et de l'approvisionnement alimentaire? *Économie Rurale* (202-203): 58-64.
- Borrás, S. M. et al. (2012). Land grabbing in Latin America and the Caribbean. *Journal of Peasant Studies* 29 (3-4).
- Brasil. Câmara dos Deputados. (2007). Projeto de Lei no. 2289, de 2007 do Deputado Beto Faro. Brasília: Câmara dos Deputados.
- Beuno, R. (2010). "Agronegócio: palavra política". In: Regina Bruno. *Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad/Ed. da Universidade Rural.
- Castro, L.F. e Sauer, S. (2016). Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil. Textos de Conjuntura (24), GPAC/OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, dez.
- Chouquer, G. (2012). *Terres Porteuses: entre faim de terres et appétit d'espace*. Paris: Errance.
- Clapp, J. (2016). Responsibility to the rescue? Governing private financial investment in global agriculture. *Agriculture Human Values*.
- Clapp, J. (2015). Distant agricultural landscapes. *Sustain Sci* 10.
- Clapp, J. (2014). Financialization, distance and global food politics. *Journal of Peasant Studies* 41 (5).
- Colque, G. (2017). *Patrón de acumulación extractivista y sus limitaciones*. Fundación Tierra.
- Constantino, A. (2016). El capital extranjero y el acaparamiento de tierras: conflictos sociales y acumulación por desposesión en Argentina. *Revista de Estudios Sociales*, (55). Disponible en: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-885X2016000100012&script=sci_abstract&tlng=es
- Delgado, G., (2012). *Do capital financeiro da agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Delgado, G. (2010). Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate* 1 (2), 111-125. Disponible em: http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufjf.br/pdf/dd_guilherme.pdf

- Edelman, M. (2013). Messy hectares: questions about the epistemology land grabbing data. *Journal of Peasant Studies* 40 (3).
- Edelman, M. et al. (2015). *Global land grabs: history, theory and method*. Londres: Routledge.
- Fernandes, B.M. (2011). *Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. Conflitos no campo Brasil 2010*. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, 76-81.
- Fernandez, A.J.C., (2007). Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. Tese de Doutorado, Porto Alegre, UFRGS.
- Ferreira, A. C. (2016). A luta pela energia. Crise do capitalismo e a nova ofensiva global pelos recursos naturais pós-2000. *Le Monde Diplomatique (Brasil)*, 104.
- Flexor, G. e Leite, S.P. (2017). Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. *Contexto Internacional* 39 (2). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292017000200393
- García, A. e Kato, K. (2016). Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. *Cadernos CRH* 29 (76). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792016000100069&script=sci_abstract&tlng=pt
- Gomes, C.M.P. (2017). Financeirização da terra e poder corporativo na “última” fronteira agrícola - Matopiba. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Projeto de Qualificação de Tese de Doutorado. (mimeo).
- Gonçalves Neto, W. (1997). *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec.
- Gras, C. y Hernández, V. (2016). *Radiografía del nuevo campo argentino: del terraniente al empresario transnacional*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Gras, C. y Hernández, V. (2013). *El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización*. Buenos Aires: Biblos.
- Gras, C. e Nascimento, R.C. (2017). Monopólio de terras e capital financeiro: a atuação da empresa Cresud na América Latina. In: Bernardes, J. et al. (orgs.). *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Grynszpan, M. (2009). “A afirmação do agronegócio: novos agentes e representações do rural”. Texto apresentado no 33º. *Encontro Anual da Anpocs*. Mimeo.
- Haesbert, R. (1997). *Des-territorialização e identidade - a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: Eduf.

- Harvey, D. (2004). O “Novo” Imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist Register*.
- Heredia, B., Palmeira, M. e Leite, S.P.(2010). Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25 (74). Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092010000300010&script=sci_abstract&lng=pt
- Hervieu, B. y Purseigle, F. (2009). Pour une sociologie des mondes agricoles dans la globalisation. *Études Rurales* 183 (1). Disponible en : <https://journals.openedition.org/etudesrurales/8999>
- Jessop, B. (1990). *State theory: putting capitalist State in its place*. Penn State Press.
- Leão, S.V. (2017). Agronegócio da soja e dinâmicas regionais no Oeste do Pará. Rio de Janeiro: CPDA/UFRR. Tese de Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
- Leite, S.P. (2015). Politiques publiques et agribusiness: une analyse de la politique de financement agricole actuelle du Brésil. *Géographie, Économie, Société* 17 (4), 433 - 458. Doi:10.3166/ges.17.433-458
- Leite, S.P. (1998). Inserção internacional e financiamento da agricultura brasileira. Campinas: IE/UNICAMP. Tese de Doutorado em Economia.
- Leite, S.P. e Wesz Jr, V.J. (2016). Políticas públicas para o financiamento do agronegócio no Brasil: programas, instrumentos e resultados com ênfase no caso de Mato Grosso In: Buhler, E. et al. (orgs.). *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização. Abordagens a partir da América do Sul*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, p. 105-124.
- Levien, M. (2014). Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. *Sociologia e Antropologia* 4 (I). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2238-38752014000100021&lng=en&nrm=iso
- Maia, F. e Leite, S.P. (2015). O agronegócio na perspectiva das Ciências Sociais: apresentação. *Teoria e Cultura (UFJF)* 10, 9 - 12
- Martins, J. S. (2009). *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto.
- Marx, K. (1984). *O Capital*. S. Paulo: Abril Cultural. (Livros I e III).
- McMichael, P. (2014). Rethinking Land Grab Ontology. *Rural Sociology* 79 (1). Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/ruso.12021>

- Mendonça, S. R. de. (2005). Estado e hegemonia do Agronegócio no Brasil. *História e Perspectivas* 1(32/33). Disponível em :
<http://www.secr.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19022>
- Monbeig, P. (1984). *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucite/Polis.
- Murmis, M. y Murmis, M.R. (2012). Land concentration and foreign land ownership in Argentina in the context of global land grabbing. *Canadian Journal of Development Studies* 33(4).
- Oliveira, A.U. (2010). A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. *Agrária* (12), 3-113. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/702>
- Pessoa, V. L. S., (1988). A ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba, MG. Tese de Doutorado. Rio Claro, Unesp.
- Piñeiro, D. (2012). Land grabbing: concentration and “foreignisation” of land in Uruguay. *Canadian Journal of Development Studies* 33(4).
- Polanyi, K. (2012). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Poulantzas, N. (1985). *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- Puyana, A. y Constantino, A. (2015). Chinese land grabbing in Argentina and Colombia. *Latin American Perspectives* 42 (6). Disponible em:
<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0094582X15594394>
- Rangel, I. (1986). A questão da terra. *Revista de Economia Política* 6(4), 71-77.
- Rubio, B. (2014). ¿Resurge la renta de la tierra? La revalorización de los bienes agropecuarios y su impacto en América Latina. *Revista ALASRU* (10). Disponible em: <https://www.alasru.org/pdf/REVISTA10Alasru.pdf>
- Salim, C.A. (1986). As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. *Cadernos de Difusão de Tecnologia* 3(2).
- Sassen, S. (2016). *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- Sauer, S. y Borrás Jr., S. (2016). ‘Land grabbing’ e ‘green grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. *Campo - Território* 11 (23). Disponível em:
<http://www.secr.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799>

- Sauer, S. y Leite, A.Z. (2017). Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. Retratos dos Assentamentos, Araraquara.
- Saure, S. y Leite, S.P., (2012). Agrarian structure, foreign investments on land, and land price in Brazil. *Journal of Peasant Studies* 39 (3-4): 873-898.
- Svampa, M. (2013). Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad* (244). Disponible em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>
- Wesz Jr., V.J. (2014). O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil). Tese (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Wilkinson, J., Reydon, B., y Sabatto, A. (2012). Concentration and foreign ownership of land in Brazil in the context of global land grabbing. *Canadian Journal of Development Studies* 33 (4).
- Zaia, C. (2016). Cresce o apoio à compra de terras por estrangeiros. Valor Econômico, São Paulo, 11.07.2016.

Leite, Sergio Pereira [2019], Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias, *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, 4 (7). Recuperado de <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/560>